

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO “CASA DE DAVID CANABARRO” EM SANTANA DO LIVRAMENTO, RS.

¹ Fabiana de Oliveira

² Franclín Ferreira Wenceslau

Mas a quem interessa essa preservação é a pergunta naturalmente formulada pelo leitor. Poucos, muito poucos, têm uma visão global do problema constituído pela defesa da memória e de seus bens representativos. A esses, naturalmente, aflige tanto o descaso impune que assiste a destruição desnecessária de elementos do patrimônio. A essas raras pessoas juntam-se outros grupos divididos segundo interesses variados. Cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação está a selecionar elementos culturais de seu interesse para que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação (LEMOS, 1981: p:30).

Infelizmente em um país como Brasil as propostas voltadas para a cultura e a educação tramitam em segundo plano nas discussões políticas, ficando à sorte de programas ou investimentos, muitas vezes escassos e insuficientes da iniciativa privada, atualmente ainda figura esta realidade em nosso país. Grande parte dos incentivos para a área de Educação Patrimonial, ou seja, aqueles que recebem investimentos, ainda estão atrelados apenas ao resgate dos bens de ordem material e imaterial de uma pequena parcela da população que corresponde à elite econômica da sociedade detentora do poder (Lemos, 1981). Bens estes que não são reconhecidos por grande parte da população de nosso país: mesmo assim os ainda poucos investimentos para resgate histórico e da identidade das camadas menos favorecidas tem dado grandes resultados.

O investimento em projetos que visem o desenvolvimento de ações de valorização, conscientização e resgate do patrimônio são extremamente importantes para que se tenha uma retomada de valores culturais em nossa sociedade, visando não só a busca dos bens materiais que compõem uma região mas todo o conjunto de fatores que servem como identidade a esta comunidade.

Devemos, então, de qualquer maneira garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS, 1981, p: 29).

A preservação faz-se necessária uma vez que ao preservar um patrimônio mantemos a memória e a identidade de um povo, fazendo com que suas raízes e costumes não se percam com o passar do tempo.

¹ Acadêmica do curso de História da UFSM.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar é manter vivo, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano (LEMOS, 1981: 29)

Para isso são necessários pesados investimentos em Educação Patrimonial, com políticas públicas sérias que viabilizem a inserção desta proposta nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio e também em programas pedagógicos onde todos os níveis sociais e econômicos da população possam discutir aprender, valorizar e preservar o patrimônio, levando-os a um processo ativo do conhecimento. Apenas após estas medidas de “alfabetização cultural” é que a comunidade passará a valorizar e preservar seu patrimônio.

Uma comunidade, uma região, uma parcela da população, só tem a ganhar investindo em Educação Patrimonial, pois após estas medidas de reconhecimento cultural é que esta comunidade passará a ganhar financeiramente, basicamente com o turismo, e neste ponto não podemos cair no que Lemos considera como “a criação de quadros artificiais (...).Quadros inventados, ou recriados” (LEMOS.1981. p:30).

O local das atividades de nosso projeto de Educação Patrimonial se desenrola no município de Santana do Livramento, fronteira sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objeto de nossa ação é a valorização de uma propriedade rural que teria pertencido a David Canabarro, personagem histórico do local.

General David Canabarro (figura 1), por batismo David José Martins, nasceu no dia 22 de Agosto de 1796 em Taquari, RS, filho de Maria Ignácia de Jesus e José Martins Coelho. Já em 1811 – 1812 participou de campanhas no Prata e com apenas 15 anos entrava para o exército imperial do Brasil, saindo desta campanha com a promoção a cabo. Na Guerra Cisplatina David Canabarro recebeu a patente de tenente, devido a sua “intensa participação e coragem” como cita Alfredo Ferreira Rodrigues:

No combate do Rincão das Galinhas (24 de setembro de 1825) salvou o Exército Brasileiro de desbarato completo, evitando a perseguição das forças inimigas vitoriosas com uma brilhante carga de cavalaria que, com admirável precisão e denodo levou contra elas, dando tempo a que se fizesse a retirada em boa ordem. Essa façanha valeu-lhe os galeões de Tenente (Almanaque literário Estatístico RGS, 1896, pág 03 a 30).

² Aluno do curso de História da UFSM.

Durante a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), tornou-se uma das lideranças das forças revolucionárias, ao lado de Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, obtendo diversas vitórias sobre o Exército Brasileiro, antes defendido por ele; na Guerra dos Farrapos obteve a patente de Tenente-Coronel, atuando ao lado de Bento Manoel Ribeiro e Bento Gonçalves nas decisões e estratégias a serem usadas pelas tropas farroupilhas.



Figura 1: General David Canabarro (autor desconhecido).

Promovido à Coronel em 1837 David Canabarro também participou de batalhas para o surgimento da República Catarinense ou República Juliana ao lado de Garibaldi. Em 1841 Canabarro é nomeado General, devido aos seus relevantes serviços prestados à causa da liberdade Riograndense.

David José Martins adotou o nome David Canabarro por volta de 1836 ainda por razões não completamente esclarecidas: sabe-se que alguns de seus parentes já usavam o nome “Canabarro” desde longa data, este talvez seja o motivo pela qual David Martins transformou-se em David Canabarro, como sugere Ivo Caggiani, historiador Santanense:

Tudo leva a crer que alguma ligação deve existir com os “Machado” e os “Ferreira” de Vila Pouca de Aguiar. Em consequência os descendentes dos nobres “Canavarros” de Portugal devem ser os “Canabarras” do Brasil. (CAGGIANI, 1992. p: 51).

Canabarro tanto quanto militar era um comerciante que, junto com seu tio-cunhado Antônio Ferreira Canabarro formou uma forte sociedade tanto como comerciantes como estancieiros. Adquiriram a primeira propriedade em 1834, no atual

município de Santana do Livramento, a estância da Alegria, já em 1846 compraram a sesmaria de São Gregório dos então herdeiros: Patrício José Fernandes de Carvalho e sua mulher Maria Fagundes de Oliveira, pagando pela propriedade a importância de quatorze contos quinhentos e oitenta e três mil e duzentos e oitenta réis. Em 1847 David e Antônio separaram a sociedade ficando Antônio Ferreira na estância da Alegria e David com a estância São Gregório.

Em 1849 David Canabarro juntamente com seu irmão João Martins adquirem uma área contígua a sesmaria de São Gregório (figura 2), denominada sesmaria de São João, conhecida como estância São João do Umbu e em 1858 eles também compraram as terras relativas à sesmaria de São Gregório pelo leste. Em 1867 David Canabarro casa-se com sua cunhada, ficando com todo o patrimônio pertencente a seu irmão já falecido.

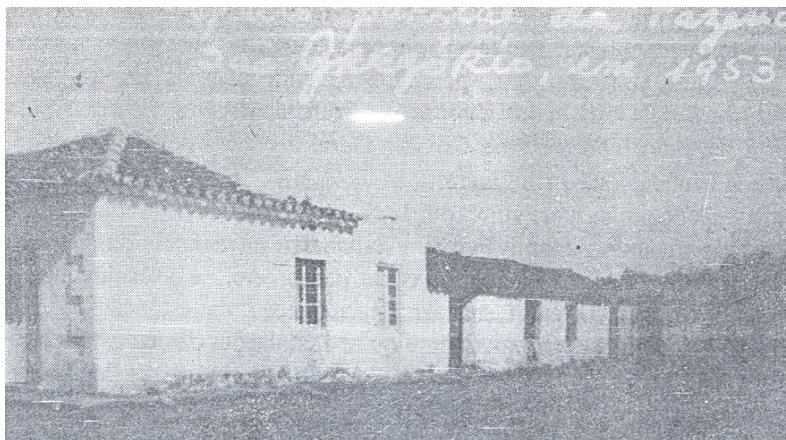


Figura 2: Estância São Gregório (Caggiani, 1992)

Durante os séculos XVIII e XIX diversos conflitos entre Portugueses e Espanhóis se deram na região de fronteira, principalmente no extremo sul do Brasil, no Rio Grande do Sul essa era uma área de extrema importância tanto militar quanto comercial devido às proximidades com o Rio da Prata e particularmente Montevideú, de acordo com isso tanto Portugueses quanto Espanhóis possuíam um grande interesse nestas terras.

Preocupado com as constantes invasões vindas da banda Oriental o governo Português nomeia diversos “comandantes da fronteira”: esses líderes eram encarregados de manter a linha fronteiriça e impedir novas invasões Castelhanas. O General David

Canabarro é escolhido como um desses guardiões devido a seu total conhecimento da região já que há muito tempo residia no local que abrange as terras hoje pertencentes ao município de Santana do Livramento, fronteira entre Brasil e Uruguai.

Com a pacificação da província, em 1845, o Barão de Caxias encarregou o Coronel David Canabarro do comando da Fronteira que se estendia do curso do rio Quaraí até Upamaroti, linha da Fronteira de Bagé, passando por Sant'Ana do Livramento, vila cuja importância estratégica muito crescera no decurso da Revolução Farroupilha. (CAGGIANI, 1992.p: 208)

Com esta nomeação Canabarro mandou construir na então estância São Gregório uma sede para seu Comando da Fronteira, esse local ficou conhecido como “Recreio”. Neste Quartel General David Canabarro residia e também comandava todas as ações relativas à vigilância da Fronteira.

Entre outras posses David Canabarro possuía uma casa na vila de Santana do Livramento (figura 3), no local conhecido como Chácara da Vila de Sant'Ana do Livramento, onde hoje uma parceria entre o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-UNISC) e o Núcleo de Educação Patrimonial (NEP-UFSM) realizou um resgate histórico e arqueológico do local. Esta casa foi tombada pelo IPHAN em 1953 e passa por este processo de revitalização, não só do imóvel em si, mas da própria história de Santana do Livramento.



Figura 3: Casa pertencente a David Canabarro no município de Santana do Livramento

O NEP está desenvolvendo um projeto voltado justamente para a o resgate da memória do município de Santana do Livramento incentivando a população local a valorização e apropriação de seus bens, sejam eles materiais e imateriais, buscando o florescimento de uma identidade local e também regional.

Dentro destes parâmetros o NEP vem desenvolvendo diversas atividades, principalmente com os professores da Rede Estadual de ensino no município de Santana do Livramento, realizando palestras e oficinas para um melhor entendimento sobre a Educação Patrimonial. Mas para que serve, de fato, a Educação Patrimonial?

Segundo Horta et. Al:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (HORTA et al, 1999. p:06)

A Educação Patrimonial é uma proposta que procura fomentar não só o desenvolvimento, como a busca do saber no que diz respeito ao patrimônio, seja ele histórico, cultural ou natural.

As atividades da Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade em geral desperte para uma re-apropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a esta sociedade. A Educação Patrimonial tem como proposta chave à conscientização da população para com o patrimônio, trabalhando para que haja o resgate e a valorização de uma identidade local, regional ou nacional.

A Educação Patrimonial, enquanto metodologia, pretende envolver a comunidade escolar (professores e alunos, figura 4) e ainda todos aqueles que têm uma relação de pertença com a cultura local, para que sejam perpetuadores do conhecimento e sirvam de objeto disseminador da identidade e da valorização do patrimônio nos futuros cidadãos.



Figura 4: Alunos do Núcleo de Educação Patrimonial, realizando oficina.

Essa disseminação do conhecimento segundo Horta (2005):

Contribui para a ampliação de uma nova visão do patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado.

A proposta da Educação Patrimonial **não deve ser vista como impositora de uma identidade**, como uma obrigação; ela serve como estímulo, um ponto de partida, apresentando, discutindo e gerando em cada indivíduo a necessidade e o interesse em querer identificar-se com o patrimônio, apenas apresentando subsídios para que ele veja dentro de sua comunidade os patrimônios que são significativos de sua identidade (figura 5).



Figura 5: Palestra para comunidade, tratando do tema Educação Patrimonial.

A proposta da Educação Patrimonial é bastante recente, inclusive para a universidade, que se vê frente a uma nova etapa na conscientização, valorização e resgate de valores por vezes perdidos ou substituídos pela cultura homogênea que lhes é imposta.

É na contra mão desta homogeneização que a Educação Patrimonial trabalha e procura se desenvolver, visando não o todo de um povo, mas suas particularidades, resgatando valores básicos da identidade de uma comunidade. Este resgate é

fundamental para que não se perca a identidade e os patrimônios de uma região, visando sua perpetuação na figura das novas gerações.

Dentro de uma comunidade o trabalho da Educação Patrimonial é o de valorizar as formas de manifestação da identidade e do patrimônio, abrangendo todas as camadas sociais e econômicas da sociedade, pois todas fazem parte dessa comunidade.

O trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sócio-cultural. (ITAQUI, 1998: p.20)

A Educação Patrimonial dentro do contexto cultural visa uma retomada das relações de união e pertença em uma dada comunidade, aparecendo neste contexto como um agente de “alfabetização cultural” onde cada elemento dessa metodologia busca uma revitalização e um despertar da comunidade trabalhada para as suas “raízes” e para seus patrimônios, não deixando que fiquem esquecidos na história de sua comunidade.

O trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al, 1999. p:06)

A metodologia da Educação Patrimonial não busca apenas estimular a conservação física de lugares históricos, como prédios públicos, monumentos, praças, bens naturais, entre outros, é também resgatar a memória e os valores que levaram a comunidade a reconhecer naquele personagem, objeto ou prédio histórico como patrimônios de uma coletividade. A Educação Patrimonial, portanto, pretende resgatar a relação de afeto entre a comunidade e seus patrimônios, estabelecendo entre eles um processo de aproximação, fazendo com que a comunidade tenha um sentimento de

pertencimento em relação a seus bens patrimoniais, desejando assim, seu resgate e preservação.

O diálogo que está implícito nesse processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, a troca de conhecimento e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. (HORTA, et al 1999.p:06)

Pode-se aplicar a metodologia da Educação Patrimonial em qualquer objeto, evidência material, ou bem cultural, enfim, qualquer expressão que resulte da relação entre a comunidade e seu meio ambiente. A Educação Patrimonial, quando aplicada desde as séries iniciais, vai ao encontro dos educandos que, ainda não tendo sua carga de valores totalmente formada, possuem um maior potencial para adquirir e transmitir as noções de valorização e preservação dos patrimônios para os demais membros da comunidade (Soares, 2003).

Resgatar o patrimônio cultural dos nossos municípios através dos elementos que fazem cada lugar e definem a identidade cultural dos seus habitantes, não só é uma responsabilidade com o passado histórico dessas comunidades, mas fundamentalmente com o seu futuro. (ITAQUI, 1998:17)

A aplicação da metodologia da Educação Patrimonial está baseada em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação (HORTA et al., 1999).

Observação: refere-se ao que está sendo visto. Aqui, deve-se fazer perguntas ao objeto que está sendo analisado para que se obtenha o máximo de informações a seu respeito.

Registro: neste momento, os indivíduos demonstram, de forma escrita, oral ou através de desenhos, o que de mais significativo descobriram a respeito do objeto por elas analisado.

Exploração: consiste na análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão dentro do grande grupo, pesquisa em outras fontes, as dúvidas e opiniões de cada um sobre o objeto.

Apropriação: É o significado que ficou para cada pessoa do grupo à respeito do objeto, ou seja, o que cada um aprendeu sobre o objeto estudado.

A partir dessas etapas é possível promover propostas de aprendizagem, que agreguem tanto adultos quanto crianças. Assim, cria-se uma relação de afeto entre a comunidade e seus patrimônios, de modo que preservá-los passa a ser algo importante e prazeroso para todos os indivíduos da comunidade.

Pode-se então definir a Educação Patrimonial como um programa de ensino que tem como objetivo a busca de uma maior conscientização dos indivíduos e comunidades à cerca da importância de se valorizar e preservar seus patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. Assim, preserva-se a cultura herdada de gerações passadas, e resgata-se valores e tradições que formam a identidade de determinadas comunidades.

Nunca esquecendo que:

A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial. (Soares (org), 2003.p:25)

Etapas desenvolvidas no projeto:

Primeira etapa: Levantamento arqueológico da casa de David Canabarro: na primeira parte está ocorrendo à prospecção arqueológica tanto no terreno correspondente ao imóvel (figura 6) quanto dentro da casa (figura 7); o material encontrado está sendo analisado no CEPA– UNISC, o trabalho de laboratório encontra-se em fase inicial (figura 8). Já o trabalho de campo encaminha-se para sua conclusão.

Figura 6: Etapa externa da escavação





Figura 7: Etapa Interna da escavação (Fonte: Jornal ZH, 12/07/05)



Figura 8: Material sendo numerado no CEPA-UNISC

Segunda etapa:

Envolveu palestras e exposições, a respeito do patrimônio, onde foram apresentadas noções sobre o tema (O que é patrimônio? O que pode ser patrimônio?, Para que serve os patrimônios?, etc...), bem como noções de Educação Patrimonial (O que é Educação Patrimonial?, Qual o objetivo da Educação Patrimonial?, Para que se

investir em Educação Patrimonial?). Os participantes levantaram questões sobre o tema, o que provocou debates e todos tiveram oportunidade de colocar seu ponto de vista referente aos temas propostos (Figura 9).



Figura 9: Palestra para os professores

A seguir, foram propostas oficinas, visando aprofundar as questões levantadas até então. As oficinas foram as seguintes:

- Oficina “Caixa de Espuma” - Vários objetos históricos foram colocados dentro de uma caixa, contendo flocos de espuma. Os participantes dividiram-se em grupos, tendo cada grupo um representante que deveria pegar um objeto dentro da caixa. Cada grupo recebia uma ficha com perguntas que deveriam ser respondidas após a análise do objeto, de acordo com os conhecimentos dos membros do grupo. As perguntas eram as seguintes:

- 1- Que objetos são estes?
- 2- De que são feitos?
- 3- Para que servem?
- 4- Quem você acha que utilizou?
- 5- Qual a idade do objeto?

Cada grupo, após responder as questões apresentava aos colegas as conclusões que tiveram em relação ao objeto que analisaram e colocavam como esse objeto pode ser utilizado em sala de aula. O objetivo dessa oficina é fazer com que os participantes realizem as quatro etapas da metodologia da Educação Patrimonial: observação, registro, exploração, apropriação. Com isso, é possível que se faça uma re-apropriação

dos objetos, e se possa utilizá-los em sala de aula, para que se realize um estudo mais dinâmico dos objetos e bens históricos.

- Oficina sobre os patrimônios:

Nessa oficina, os objetos específicos utilizados são os patrimônios locais. Os grupos recebem uma ficha contendo perguntas sobre “o que consideravam importante” no município; devem respondê-la de acordo com seu conhecimento sobre os patrimônios da localidade. A ficha era a seguinte:

FICHA DE PERCEPÇÃO ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL (a partir de CALDARELLI, 2003).

Na ficha constam os seguintes dados: Município, Nome do entrevistado, descrição da região onde vive, história da região onde vive, um lugar importante, razão, onde não se deve deixar de ir, razão, o que não se pode deixar de ver, razão, o que não se pode deixar de participar, razão, o que não se pode deixar de comer/beber, razão, o que você entende por patrimônio cultural (figura 10).



Figura 10: Professores expondo suas respostas

Após responder as questões, os grupos apresentavam para os demais suas respostas. Essa oficina objetiva saber se os indivíduos da comunidade conhecem

realmente a região onde vivem e o que consideram mais importante em sua cidade, que pode vir a ser considerado o patrimônio local.

O trabalho até o presente momento teve a abrangência dos professores da rede Estadual de Ensino, atuantes no município de Santana do Livramento. A proposta elaborada para o desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Patrimonial, é a de inserção desta metodologia nas disciplinas do EFEM (Ensino Fundamental e Médio), atuando concomitantemente com as atividades normais do currículo escolar, visando o entendimento dos alunos para questões envolvendo o patrimônio de sua cidade e região.

A elaboração de materiais lúdico-pedagógicos (figura 11) é outra proposta apresentada pelo projeto, estes materiais trarão problemáticas específicas, relacionadas com a Educação Patrimonial, buscando no aluno a conscientização para temas como o resgate, apropriação e preservação de seus patrimônios, com o auxílio destes materiais os professores terão os subsídios necessários para o desenvolvimento das mais variadas tarefas envolvendo o tema.



Figura 11: Professoras observando o material lúdico, produzido no NEP.

Estes materiais podem ser os mais variados possíveis, cada um deve respeitar o seu público alvo, ou seja, serão elaborados de acordo com a faixa etária de cada indivíduo, dentro das inúmeras propostas podemos citar algumas como: jogos de tabuleiro envolvendo os patrimônios de uma cidade, cadernos de atividades contendo caça-palavras, quebra-cabeças, atividades de recorte e cole, e ainda jogos de memória.

Todos estes materiais são de fácil elaboração e só vem a somar no desenrolar das atividades, pois estes além de ensinar, divertem e despertam no aluno à vontade de aprender.

Referências bibliográficas:

CAGGIANI, Ivo. David Canabarro de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz. *Guia Básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. *Educação Patrimonial: a experiência da 4ª Colônia*. Santa Maria: Palloti, 1998.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação patrimonial: Relatos e experiências*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

Páginas da internet:

Horta, Maria de Lourdes Parreiras. O que é Educação Patrimonial. In. www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/index.htm. último acesso em 22 de julho 2005.